

Heterogeneidade e desigualdade na agricultura familiar no Estado do Maranhão: Uma análise a partir do censo agropecuário de 2017^{1*}

Heterogeneity and Inequality in Family Farming in the State of Maranhão: An Analysis Based on the 2017 Agricultural Census

Ricardo Zimbrão Affonso de Paula^{2a}

Resumo: O estudo dialoga com a literatura que analisa a estrutura e a dinâmica da agricultura familiar, na qual demonstra, a partir de evidências empíricas, que essa categoria social não é homogênea. A hipótese básica é que existe heterogeneidade e desigualdade no interior desse tipo de agricultura, cujo principal argumento está na forma como os recursos do PRONAF são distribuídos. Tomando o Maranhão como referência espacial e utilizando os dados do Censo Agropecuário de 2017, o objetivo foi investigar se essa hipótese se aplica ao caso da agricultura familiar situada naquele estado.

Palavras-chave: Economia – Economia Agrária – Agricultura familiar – Heterogeneidade – Desigualdade – Maranhão.

Abstract: The study engages with the literature that analyzes the structure and dynamics of family farming, demonstrating, based on empirical evidence, that this social category is not homogeneous. The basic hypothesis is that there is heterogeneity and inequality within this type of agriculture, with the main argument centered on how PRONAF resources are distributed. Using Maranhão as a spatial reference and utilizing data from the 2017 Agricultural Census, the goal was to investigate whether this hypothesis applies to the case of family farming in that state.

Keywords: Economy – Agrarian Economy – Family farming – Heterogeneity – Inequality – Maranhão.

Classificação JEL: Q1 (Q10, Q15, Q18)

^{1*} Esse trabalho foi feito no âmbito do Convênio TED UFMA-IN CRA e financiado pela Fundação Josué Montello, a quem o autor agradece.

^{2a} Professor Titular do Departamento de Economia e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Pesquisador-líder do Grupo de Pesquisa *Economia Regional Aplicada* (ERA) e pesquisador do Grupo de Estudos em Economia Política e História Econômica (GEEPHE). E-mail: ricardo.zimbrao@ufma.br. ORCID iD: <http://orcid.org/0000-0002-3559-2398>.

1. Introdução

Desde a década de 1990, estudos com foco no tema agricultura familiar, tornaram-se de grande importância para se analisar e pensar o processo de transformação no setor agropecuário brasileiro, no contexto do debate acadêmico, com repercussões nas políticas públicas. Trabalhos de Veiga (1991), Abramovay (1992) e Lamarche (1993) foram pioneiros, nos quais demonstraram que essa modalidade, muitas vezes relegada e marginalizada ao longo da trajetória da modernização agrícola do país, que se iniciou na década de 1950, constituía-se de fundamental relevância socioeconômica, já que sua reprodução social, se ancora numa forma de produção e relações de trabalho específicas, nas quais possibilitam uma vida no campo digna, através de seus rendimentos.

Naqueles anos da década de 1990, tal tema também era debatido no mundo, em especial, na Europa e nos EUA, onde a realidade e os desafios eram manter uma população no campo, a despeito da intensificação da revolução tecnológica, da maturidade da industrialização da agricultura e, no caso europeu, do despovoamento de muitas regiões rurais tradicionais em diversos países.

No caso brasileiro, a situação era distinta. A economia brasileira estava passando por uma fase inicial de abertura econômica e estabilização macroeconômica, em que ao setor agropecuário exportador, abria-se as janelas de oportunidades oferecidas pelo ciclo expansivo da economia mundial, que vigorou entre 1994 e 2008. Desse modo, os estudos e as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, vinham para mitigar esse dualismo que constitui marca histórica do processo de modernização agropecuária nacional. Ou seja, o setor de abastecimento interno sempre foi preterido *vis a vis* os complexos agroexportadores.

Dentro desse contexto, o Projeto de Cooperação FAO/INCRA e suas publicações (1995, 1996, 2000) contribuíram para o desenvolvimento de uma metodologia específica de tabulação dos dados dos censos agropecuários de 1985 e 1995/96, de modo a melhorar compreensão e classificar a agricultura familiar no conjunto dos estabelecimentos agropecuários, bem como seu lugar na estrutura produtiva e econômica do país.

Esses debates e construções metodológicas foram decisivos, tanto para a criação da Lei da Agricultura Familiar (Lei 11.326/2006), como para que o IBGE empregasse no Censo Agropecuário 2006, variáveis algébricas que permitissem identificar diretamente nas estatísticas oficiais o lugar dessa modalidade no setor agropecuário nacional, através da aplicação dos critérios da referida Lei.

O fato é que a divulgação dos dados do Censo Agropecuário 2006, empoderou os movimentos sociais do campo, sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais e, principalmente, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que ao longo dos governos de centro-esquerda (Lula da Silva – 2003/2010 – Dilma Rousseff – 2011/2016), configurava-se como a principal instituição de defesa da agricultura familiar na disputa

pelos recursos públicos contra a agricultura empresarial. Isto é, o respectivo Censo confirmou que aquela modalidade, de forma agregada, constituía-se no segmento social predominante no mundo rural brasileiro, respondendo pela maioria absoluta das ocupações e pela produção da maior parte dos alimentos consumidos no mercado interno (IBGE, 2009; FRANÇA, DEL GROSSI & MARQUES, 2009; DEL GROSSI & MARQUES, 2010).

As evidências, pautadas na média dos indicadores estatísticos, fortaleceram a luta dos movimentos sociais, dos sindicatos e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) à época em defesa da ampliação do escopo das políticas públicas para a categoria, sendo referenciadas até o presente (AQUINO, GAZZOLA & SCHNEIDER, 2018).

Contudo, ao aprofundar as análises sobre a estrutura e a dinâmica da agricultura familiar, emergiu na literatura, uma visão que demonstra a partir de evidências empíricas, que essa categoria social não é homogênea. Esse é o objetivo desse estudo, apontar a heterogeneidade e as desigualdades no interior da agricultura familiar, tomando como referência espacial o Maranhão, a partir do Censo Agropecuário de 2017.

O estudo divide-se em mais três seções. Na segunda seção, tomando esta introdução como primeira, aborda-se a literatura que apresenta a heterogeneidade e desigualdade no interior da agricultura familiar brasileira. Na terceira seção, analisa-se a heterogeneidade e a desigualdade socioeconômica no interior da agricultura familiar maranhense. Por fim, na quarta seção, tecem-se as considerações finais.

2. REVISÃO DA LITERATURA

Após a divulgação dos dados do Censo Agropecuário de 2006, acabou por formar um consenso na literatura, tanto internacional como nacional, de que a agricultura familiar brasileira seria uma modalidade de produção e categoria social homogênea. Nesses estudos³, conforme Aquino, Gazzolla e Schneider (2018), utilizaram-se percentuais médios dos indicadores censitários para caracterizar o universo de agricultores familiares, com objetivo de ressaltar suas qualidades.

Na verdade, esses estudos, além de transmitir a ideia de que tal segmento produtivo era prioridade do governo brasileiro e que ele representava um bloco coeso de produtores; focaram, num fenômeno novo, que foi a emergência de uma nova classe média no campo, na qual constituía um ponto de inflexão nas contradições do modelo agrícola historicamente resistente à mudanças (MDA/SAF/PRONAF, 2013; NERI, MELO e MONTE, 2012; SAF/MDA, 2015).

De fato, as políticas públicas implementadas pelos governos de centro-esquerda ao longo da primeira década do século XXI, foram importantes para a ampliação da distribuição da renda nacional, e isso incluía a agricultura familiar. Contudo, na academia,

³ Consultar: CEPAL/FAO/IICA, 2013; FAO, 2014a, 2014b, 2015; LOWDER, SKOET & SINGH, 2014; LOWDER, SKOET e RANEY, 2016.

através de seus recortes transdisciplinares, surgiram estudos que aprofundaram o olhar, para além do que se convencionou chamar de “visão generalista”. Isto é, a hipótese básica era de que, os dados agregados, mascaravam a real compreensão da estrutura interna dessa agricultura familiar, pois não consideravam o peso do viés concentrador da política agrícola nacional e muito menos a precariedade produtiva prevalente no interior do segmento familiar (NIEDERLE, FIALHO e CONTERATO, 2014; SCHNEIDER e CASSOL, 2014; WANDERLEY, 2014; BELIK, 2015; AQUINO, GAZOLLA & SCHNEIDER, 2018).

Um dos principais argumentos dessa crítica, era a própria política de crédito conduzida pelo Estado, que conscientemente ou não, tem contribuído para manter e até aumentar o abismo produtivo que predomina no campo brasileiro. A evidência empírica está no estudo de Trindade e Cruz (2019), no qual analisou os impactos do crédito agrícola rural na dinâmica de produção agropecuária nas regiões brasileiras entre 2000 e 2010. Tomando como base os dados de crédito rural municipalizados disponibilizados pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e consolidados em publicação denominada *Anuário Estatístico do Crédito Rural*, classificados em três tipos de fornecimento de crédito – *custeio, investimento e comercialização* –, os autores analisaram como que o crédito rural se distribuía entre os produtores e cooperativas.

A metodologia empregada naquele trabalho foi a construção de um conjunto de índices – *especialização, localização, concentração e desigualdade* – a partir da técnica Áreas Mínimas Comparáveis (AMCs), que permitiu a análise comparativa dos municípios brasileiros na periodização estabelecida. A conclusão que chegaram foi que: a) O crédito rural no Brasil tem uma dupla face: é em grande medida ofertado por instituições públicas, centrado, inclusive, em programas institucionalizados ou historicamente enraizados; segundo, é fortemente concentrado no Sul e Sudeste do país; b) As regiões Norte e Nordeste concentram os municípios classificados como precária ou inexistente disponibilidade creditícia, acentuando o caráter desigual da distribuição e oferta de crédito no país; c) O Centro-Oeste se firmou como efetiva frente de expansão agrícola, avançando, paulatinamente, para se tornar o principal espaço econômico agropecuário nacional, embora não detenha o mesmo nível de disponibilidade creditícia que o Sul e Sudeste (TRINDADE & CRUZ, 2019; pgs., 143/144).

O corolário daquele estudo, é que a política de crédito agrícola reforça o caráter concentrador nas regiões sul e sudeste, sendo necessário se pensar políticas públicas regionalizadas, devendo ser coordenado com o aperfeiçoamento das linhas de crédito já existentes, especialmente os Fundos Constitucionais e o PRONAF.

De outro lado, por mais que exista uma necessidade política de agregar os dados da agricultura familiar para o embate e disputa dos recursos públicos com a agricultura empresarial, aquele segmento, mostra uma realidade interna em que tais recursos acabam sendo apropriados de forma muito desigual, dado que, no interior dessa estrutura, se encontram diversas “agriculturas familiares”.

A evidência empírica está parcialmente na tipologia adotada para delimitar o público do PRONAF. Isto é, os agricultores familiares aptos às linhas de crédito do PRONAF são estratificados de acordo com o seu nível de renda e recebem um tratamento diferenciado no momento da concessão do crédito ofertado em condições especiais.

A conclusão de um dos estudos, é que a maioria absoluta da agricultura familiar brasileira é formada por produtores extremamente pobres ou pobres/intermediários. O setor consolidado, detentor de maiores rendas, representa somente uma pequena parcela da categoria, mas que abarca grande parte do respectivo financiamento. Isto posto, além da grande desigualdade expressa no dualismo – *agricultura familiar x agricultura empresarial* – em que essa última é a “eterna” vencedora na disputa pelos recursos públicos; existe também uma desigualdade no interior da agricultura familiar, na qual se aprofunda devido a não compreensão da heterogeneidade de sua própria estrutura (AQUINO, GAZOLLA & SCHNEIDER, 2018).

A partir dos estudos expostos anteriormente, passa-se a analisar a estrutura da agricultura familiar estabelecida no Maranhão, tomando como base o Censo Agropecuário de 2017, de modo a verificar se a hipótese básica se coaduna com o caso maranhense.

3. HETEROGENEIDADE E DESIGUALDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR DO MARANHÃO

A desigualdade na agricultura maranhense é um reflexo do padrão histórico do dualismo no mundo rural brasileiro. Ou seja, uma trajetória de desenvolvimento voltada para o estímulo às grandes propriedades e sua produção exportadora, em detrimento da agricultura familiar de abastecimento. Mesmo com o processo de modernização da agropecuária, a partir da década de 1950, na qual se voltou para o mercado nacional, com a industrialização da agricultura – meados da década de 1960 – e a formação dos complexos agroindustriais – meados da década de 1970 – (KAGEYAMA et. al. 1996), foi incapaz de modificar a estrutura fundiária.

No Maranhão, tal processo nunca se concretizou. Isto é, a chamada *revolução verde* – mecanização, quimificação, agroindustrialização – chegou de forma muito pequena e voltada para certos projetos empresariais de vinculação nacional. A grande maioria dos estabelecimentos agropecuários maranhense, tanto àqueles classificados como *agricultura familiar*, como a *agricultura não familiar* se ancora nos tradicionais métodos de produção, instrumentos que ainda exigem a força física do trabalhador e, principalmente, o “palito de fósforo”, o combustível para as queimadas, que com suas cinzas, produz o *único adubo usado e abusado por grandes e pequenos produtores rurais* (MESQUITA, 2011; pg., 16).

Claro está, como vimos na segunda sessão deste estudo, desde meados da década de 1990, um conjunto de políticas públicas, especialmente a criação do Programa Nacional de Apoio A agricultura Familiar (PRONAF) – 1996 –, foram decisivas para assistir os

agricultores familiares; entretanto, as barreiras da estrutura fundiária concentrada impedem uma verdadeira “revolução” em nosso mundo rural.

A evidência empírica, para o caso maranhense, se encontra na **Tabela 1**.

TABELA 1 - Maranhão: estabelecimentos agropecuários, área total e área média, distribuídos entre agricultura não familiar e agricultura familiar - 2017.						
	Total		Agricultura não familiar		Agricultura familiar	
	Total	%	Total	%	Total	%
Estabelecimentos	219.765	10,0	32.647	14,86	187.118	85,14
Área Total	12.238.489	100	8.458.170	69,1	3.780.319	30,89
Área Média	55,69		259,08		20,20	

FONTE: IBGE. Censo Agropecuário, 2017.

De acordo com a respectiva tabela, a *agricultura não familiar*, que pode ser descrita como uma *agricultura empresarial*, corresponde apenas 14,86% dos estabelecimentos agropecuários; mas que ocupa 69,11% da área total de produção, com área média de 259,08 hectares. Em contrapartida, a *agricultura familiar* corresponde a 85,14% do total dos estabelecimentos, ocupando apenas 30,89% da área total de produção, com uma área média de 20,20 hectares.

Aqui, um *intermezzo* para colocar esses dados em perspectiva histórica. O processo de modernização da agricultura brasileira que se iniciou na década de 1950, tal como exposto por Kageyama et. al. (1996; pp. 119-156), rebateu no Maranhão, pelo menos até meados da década de 1970, de forma bastante específica.

Isto é, o setor agropecuário maranhense se inseriu no abastecimento de matérias-primas para a industrialização nacional, a partir de formas de produção não capitalistas, liderados por pequenos produtores, posseiros em geral; responsáveis por rebaixarem os custos de produção da força de trabalho na parte capitalista da economia nacional, de modo a assegurar a reprodução ampliada do capital. Nesse processo, o Maranhão tornou-se um dos principais produtores de arroz para o mercado interno (MESQUITA, 2011; pg., 23).

Contudo, a partir de meados da década de 1970, na esteira da formação dos complexos agroindustriais, notadamente, no eixo sudeste-sul do país; o Maranhão passou a receber investimentos com apoio governamental, cujo foco era a grande propriedade empresarial, na qual a produção estava voltada para a sojicultura, o eucalipto e a pecuária extensiva de corte. A partir desse momento, conforme Mesquita (ibid., pg., 24), a agricultura itinerante, “atrasada”, não capitalista, que tinha no arroz a sua principal fonte de expansão, declina sistematicamente e perde importância no contexto nacional.

Isto posto, nos quadros da estrutura agrária, tal processo só fez reforçar a concentração fundiária, que consolidou nas décadas seguintes 1980, 1990 e 2000. O resultado, com reflexos na atualidade, é uma brutal desigualdade no campo maranhense, em que de um lado, o setor capitalista moderno de grande propriedade especializado na produção graneleira, eucalipto e criação extensiva de gado de corte, inseridos no mercado internacional, ocupa cada vez mais novas terras, numa fronteira agrícola historicamente aberta e em expansão; de outro, uma massa de agricultores familiares, muitos sem o título de propriedade de suas terras, vivendo em situação de vulnerabilidade e extrema pobreza, com baixas perspectivas de reprodução social.

A evidência empírica está, quando se analisa a *agricultura familiar* maranhense, em sua própria estrutura fundiária, por meio dos grupos de área, conforme a **Tabela 2**.

TABELA 2 - Agricultura familiar - Maranhão: estabelecimentos, área total e área média, distribuídas por grupos de área - 2017.					
Grupos de Área	Estabelecimentos	%	Área Total	%	Área Média
Total	187.118	100	3.780.319	100	20,20
De mais de 0 a menos de 1,0 ha	59.237	31,66	30.005	0,79	0,51
De 1,0 a menos de 5,0 ha	39.551	21,14	73.825	1,95	1,87
De 5 a menos de 10 ha	8.271	4,42	54.378	1,44	6,57
De 10 a menos de 20 ha	12.509	6,69	170.365	4,51	13,62
De 20 a menos de 50 ha	27.258	14,57	853.334	22,57	31,31
De 50 a menos de 100 ha	15.287	8,17	988.055	26,14	64,63
De 100 a menos de 200 ha	8.185	4,37	1.074.444	28,42	131,27
De 200 a menos de 500 ha	2.253	1,20	523.735	13,85	232,46
De 500 ha a mais	7	0,004	6.000	0,16	857,14

FONTE: IBGE. Censo Agropecuário, 2017.

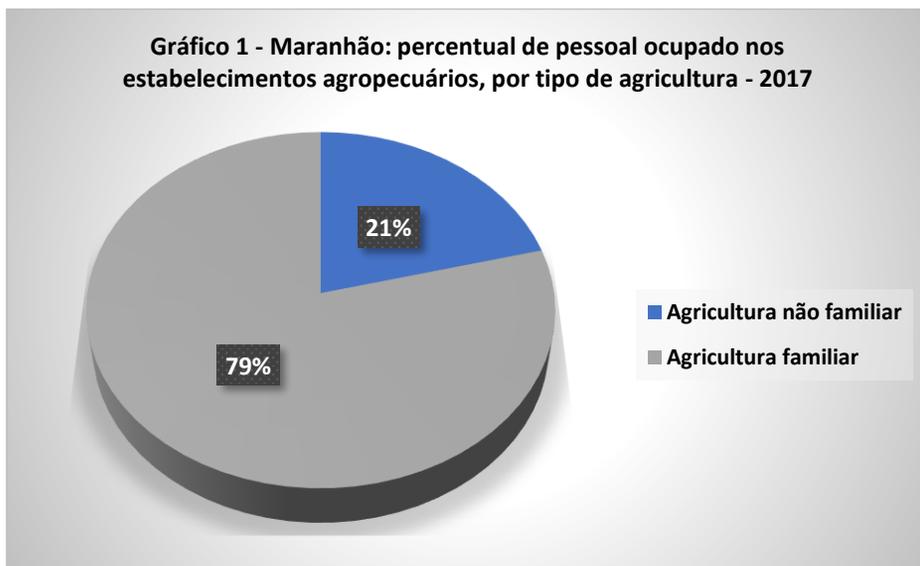
De acordo com a respectiva tabela, a maioria dos agricultores familiares vivem em estabelecimentos com mais de 0 e menos de 1,0 hectare (31,66%), representando uma área

total de 0,79% e área média de produção de 0,51 hectare. Em seguida, estão os agricultores em propriedades entre 1,0 e menos de 5,0 hectares, representando 21,14% do total dos estabelecimentos, 1,95% da área total produtiva e ocupando uma área média de 1,87 hectares. Somando os dois grupos, tem-se uma representação de 52,8% do total dos estabelecimentos agropecuários, ocupando uma área total que corresponde apenas 2,74% e com área média de 2,38 hectares.

O que se pode depreender dos dados contidos na **Tabela 2**, é que a agricultura familiar está aprisionada em áreas muito pequenas, e que acaba impactando negativamente na produtividade, nas possibilidades de ampliação da renda familiar advinda da atividade agropecuária, bem como no total do valor da produção.

O olhar para essa estrutura fundiária é importante, para cotejar mais a frente com o acesso ao financiamento, em especial ao PRONAF e suas modalidades de crédito. Em resumo, pela análise preliminar do perfil dos estabelecimentos agropecuários vinculados à agricultura familiar, nos revela uma heterogeneidade em relação ao tamanho das propriedades, e que, aqueles que estão inseridos nos grupos de área até menos de 5,0 hectares, constituem os mais vulneráveis.

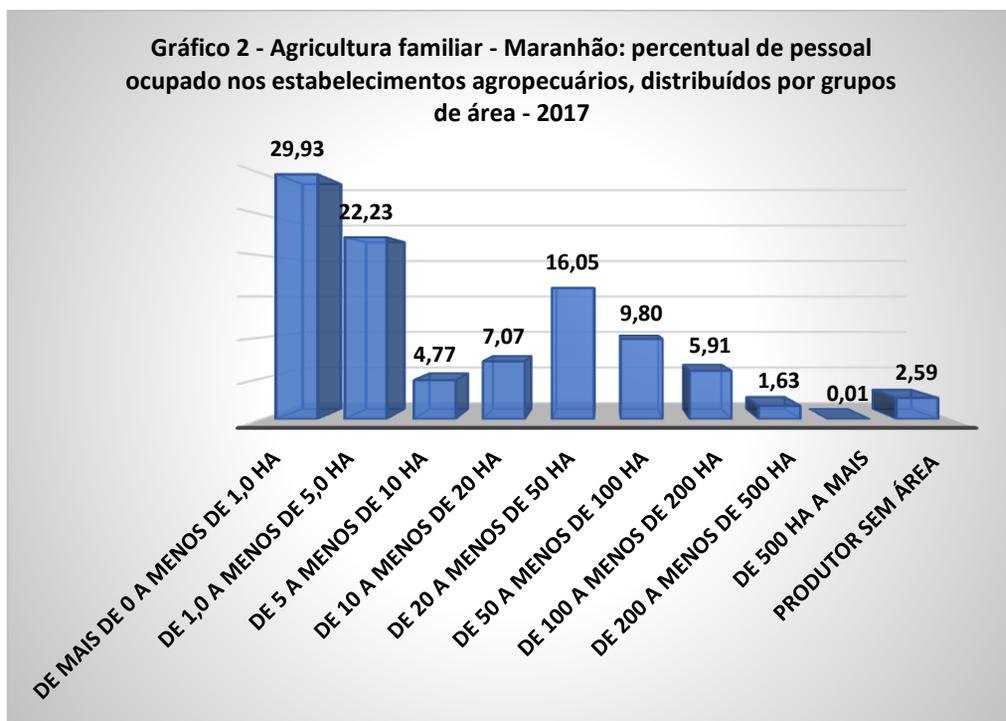
Quanto ao pessoal ocupado, o **Gráfico 1** nos mostra que no setor agropecuário maranhense, o principal empregador e gerador de renda é a *agricultura familiar*, que corresponde a 79% do total de pessoal ocupado naquele setor.



FONTE: IBGE. Censo Agropecuário, 2017.

Contudo, quando se foca no interior da agricultura familiar (**Gráfico 2**), os dados revelam que os grupos de área que mais empregam, estão entre aqueles com mais de 0 e

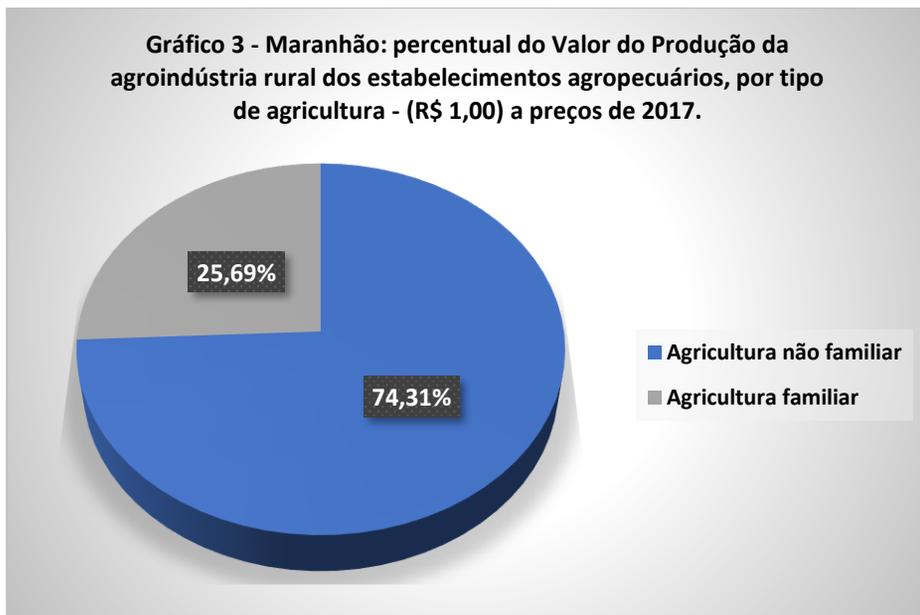
menos de 1,0 hectare (29,93%) e de 1,0 a 5,0 hectares (22,23%). Somando esses dois grupos de área, tem-se um total de 52,16% da força de trabalho empregada na agricultura familiar.



FONTE. IBGE. Censo Agropecuário, 2017.

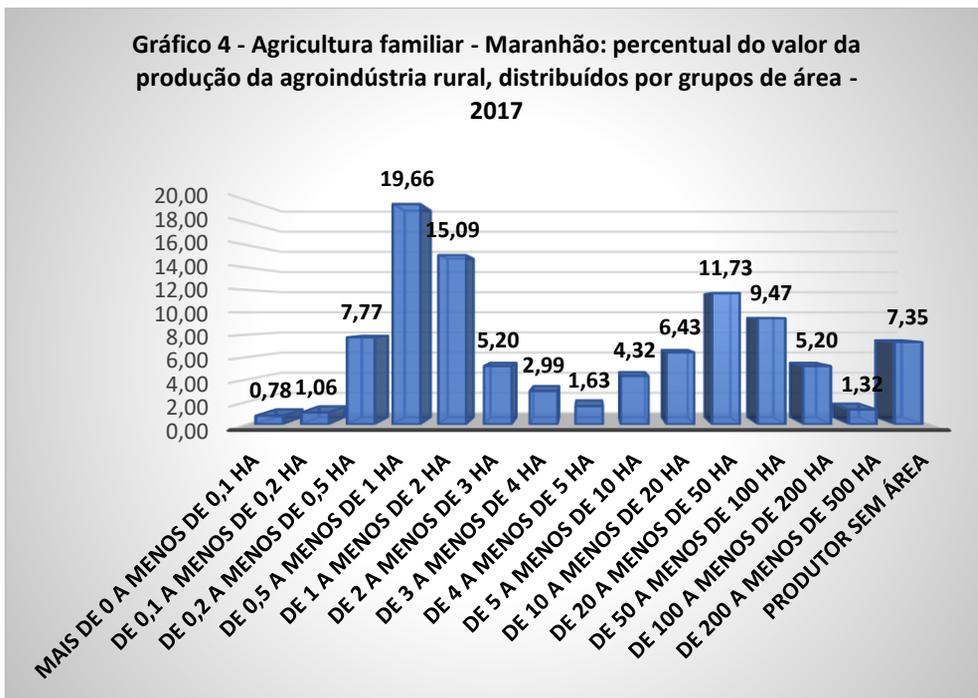
Ou seja, são justamente os menores grupos de área que empregam o maior contingente de pessoas no setor agropecuário do Maranhão. Dado a estrutura fundiária dos estabelecimentos, não é difícil entender o porquê da situação de extrema pobreza e pobreza no meio rural daquele estado.

Essa situação heterogênea e de desigualdade no interior da *agricultura familiar* se expressa com maior contundência, quando se analisa o valor da produção, tomando como base o Valor da Produção da Agroindústria Rural calculada pelo IBGE, no respectivo Censo de 2017. Como exposto no **Gráfico 3**, a *agricultura não familiar*, com fortes vínculos com grandes extensões de terras e organizada com capital financeiro, corresponde a 74,31% do total do VP agroindustrial do setor agropecuário maranhense. Já na *agricultura familiar*, apenas 25,69%.



FONTE: IBGE. Censo Agropecuário, 2017.

Quando se foca no interior da *agricultura familiar*, os dados nos revelam a seguinte situação, conforme o **Gráfico 4**.



FONTE: IBGE. Censo Agropecuário, 2017.

Em primeiro lugar, o VPAR dos estabelecimentos agropecuários familiares demonstra uma heterogeneidade distribuídos nos grupos de área com destaque para as propriedades de 0,5 a menos de 1,0 hectare (19,66%); de 1,0 a 2,0 hectares 15,09%; de 20,0 a menos de 50,0 hectares (11,73%); e, de 50,0 a menos de 100,0, 9,47%. Contudo, se agregarmos os grupos de área entre mais de 0 até 5,0 hectares, o valor da produção representa o total, 54,18% daquela modalidade de agricultura.

Isso nos fez tentar entender que tipo de atividades econômicas são praticadas na agricultura familiar maranhense, conforme a **Tabela 3**.

Tabela 3 - Agricultura familiar - Maranhão: produção total das atividades econômicas, distribuídas por grupos de área - 2017

Atividades Econômicas	Total	Agricultura familiar	%	% na agricultura familiar
Total	219.765	187.118	85,14	100
Lavouras temporárias	111.339	99.072	88,98	52,95
Horticultura e floricultura	3.232	2.914	90,16	1,56
Lavouras permanentes	4.330	3.733	86,21	1,99
Produção de sementes	26	14	53,85	0,01
Pecuária	81.016	65.538	80,90	35,02
Produção florestas plantadas	683	477	69,84	0,25
Produção de florestas nativas	15.092	13.969	92,56	7,47
Pesca	733	634	86,49	0,34
Aquicultura	3.314	767	23,14	0,41

FONTE: IBGE. Censo Agropecuário, 2017.

De acordo com a respectiva tabela, a *agricultura familiar* no Maranhão participa com 85,14% do total das atividades econômicas agropecuárias. Abrindo para os grupos de atividades, com exceção da aquicultura, com participação de 23,14%, todas estão com percentuais altos, com destaque para a produção de florestas nativas (92,56%), horticultura (90,16%), lavouras temporárias (88,98%), pesca (86,49%), lavouras permanentes (86,21%) e pecuária (80,90%). O que se pode depreender desses dados, é que as atividades econômicas agropecuárias no interior da agricultura familiar têm, aparentemente, uma estrutura diversa, mas que reforça uma desigualdade de renda, dado que as mais rentáveis se encontram nos estabelecimentos maiores e as menos rentáveis vinculam-se aos micros e pequenos produtores rurais.

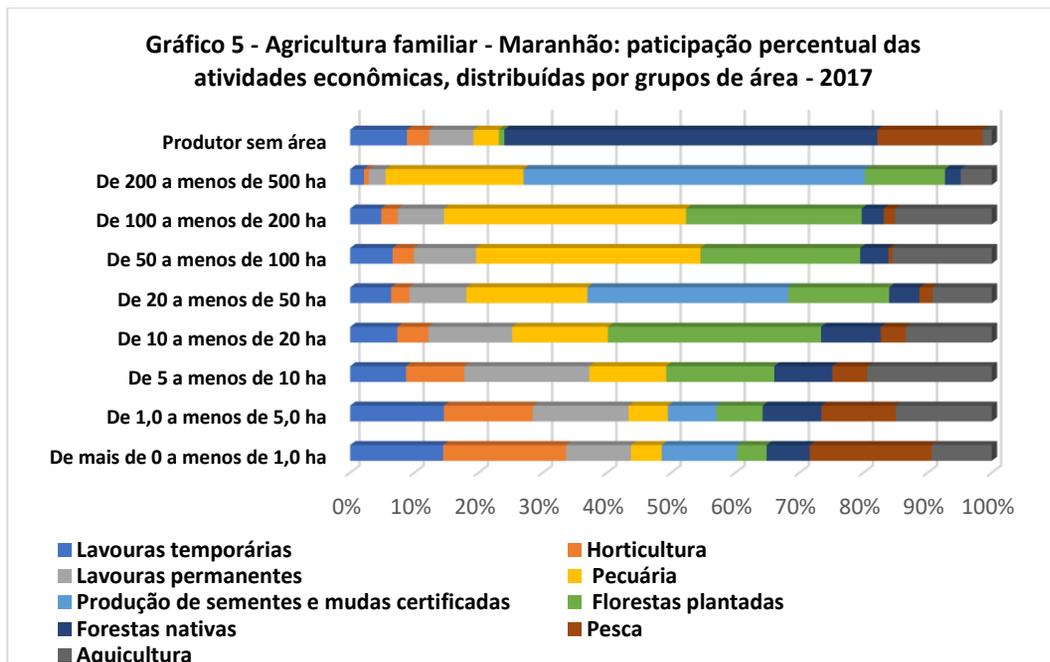
Isso se confirma analisando as atividades no interior da agricultura familiar, nas quais destacam-se duas atividades econômicas, a saber: a produção de lavouras temporárias, com participação de 52,95% e a pecuária, correspondendo a 35,02%. Na verdade, tomando como base a **Tabela 4**, o alto percentual da cultura da mandioca e a criação de galinhas, reforça o caráter desigual dessa agricultura, pois escudado em produções de subsistência da grande maioria dos micros e pequenos estabelecimentos agropecuários.

Tabela 4 - Agricultura familiar - Maranhão: produção de lavouras temporárias, distribuída pelas principais culturas - 2017			
Lavouras temporárias	%	Pecuária	%
Arroz em casca	26,1 3	Bovinos	27,0 9
Feijão (inclui preto, de cor, fradinho e verde)	2,82	Suínos	5,94
Mandioca (aipim, macaxeira)	71,0 5	Galinas (inclui galos, frangos e pintos)	59,1 2

FONTE: IBGE. Censo Agropecuário, 2017.

Como exposto na **Tabela 4**, tomando como base as principais culturas e criações, a agricultura familiar no Maranhão se ancora na produção de mandioca, correspondendo a 71,05%; seguido da cultura do arroz, 26,13% e vários tipos de feijões, 2,82%. Quanto à criação de animais, destacam-se os galináceos (galinhas, galos, frangos e pintos), correspondendo a 59,12%; bovinos, 27,09%; e, suínos, 5,94%.

Contudo, é necessário cotejar essas culturas com os grupos de área no interior da agricultura familiar.



FONTE: IBGE. Censo Agropecuário, 2017.

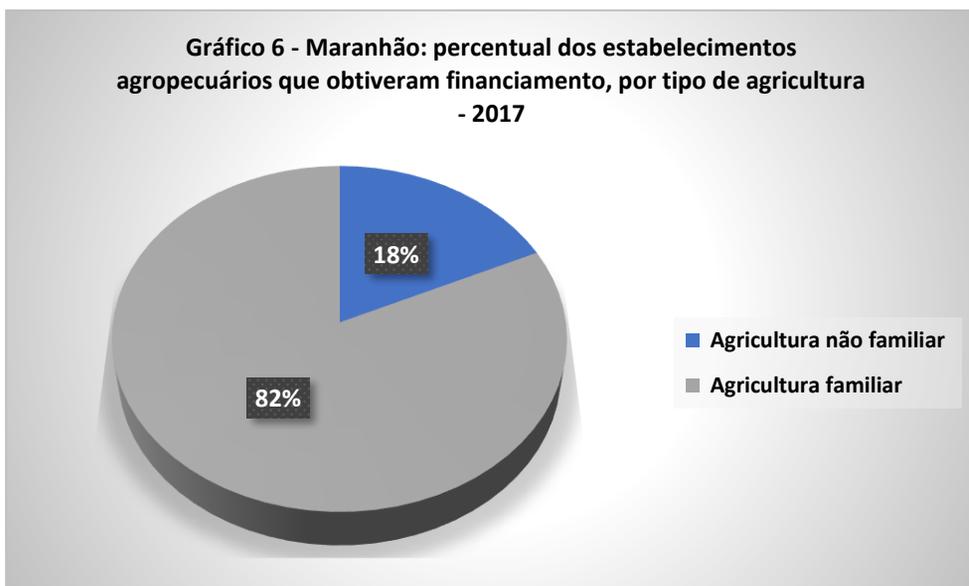
De acordo com o **Gráfico 5**, pode-se observar que as atividades econômicas são diversificadas no interior da agricultura familiar maranhense. Contudo, a produção de lavouras temporárias, horticultura, pesca e aquicultura se concentram nos estabelecimentos agropecuários até menos de 1,0 hectare (43,82% e 57,89% respectivamente) e de 1,0 a menos de 5,0 hectares (27,58%, 26,12% respectivamente). Destacam-se também nesses grupos a produção de lavoura permanente (30,59% e 28,18% respectivamente); nas quais estão vinculadas à produção de frutas, tais como açaí, caju e banana.

Já nos grupos de área acima de 10 hectares, predominam as seguintes atividades: nas propriedades de 10 e menos de 20 hectares, a atividade mais importante é a produção de florestas plantadas, seguida de pecuária; nas propriedades de 20 a menos de 50 hectares e de 200 a menos de 500 hectares, prevalece a produção de sementes e mudas certificadas, seguidas de pecuária; nos estabelecimentos entre 50 hectares e menos de 200 hectares prevalece como atividade mais importante a pecuária, seguida de florestas plantadas. Por fim, nos produtores sem área prevalece a produção de florestas nativas.

Em suma, quando se observa a agricultura familiar, com sua estrutura fundiária, sua força de trabalho, valor da produção e tipos de atividades econômicas predominantes, percebe-se que ela está presa em estabelecimentos de até menos de 5,0 hectares de terra; com uma produção voltada, principalmente, para as culturas de hortaliças, mandioca e criação de galinhas; mas que emprega 52,16% do pessoal ocupado na atividade

agropecuária e que concentra 54,19% do valor da produção. As atividades mais rentáveis, como pecuária de corte, produção de sementes certificadas, florestas plantadas se encontram nos estratos superiores da agricultura familiar, em grupos de área acima de 10 hectares. Os resultados obtidos com esses dados são importantes, pois ~~eles~~ evidenciam a desigualdade no interior da agricultura familiar maranhense, a partir do cotejo com o tipo de financiamento.

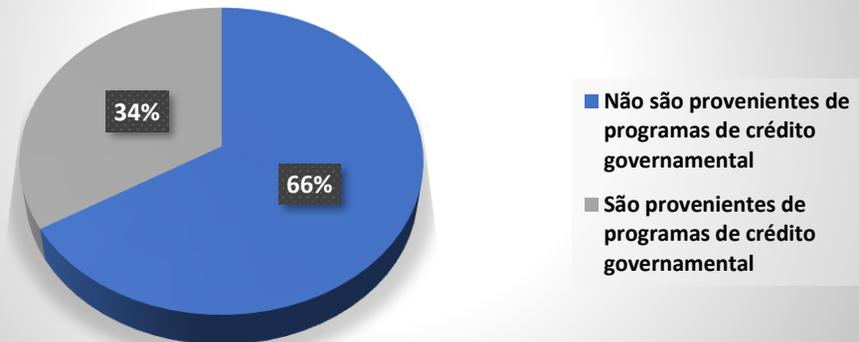
Isto é, quando se coteja com a necessidade de financiamento e obtenção de crédito, a desigualdade no interior da agricultura familiar maranhense se revela com maior contundência.



FONTE: IBGE. Censo Agropecuário, 2017.

No **Gráfico 6** os dados mostram que, do total da obtenção de financiamento, 82% foram demandados por agricultores familiares, de acordo com o Censo Agropecuário de 2017. Ainda tomando como base o total do financiamento – englobando *agricultura familiar* e *não familiar* – 66% não foram provenientes de programa de créditos governamental; apenas 34%, conforme o **Gráfico 7**.

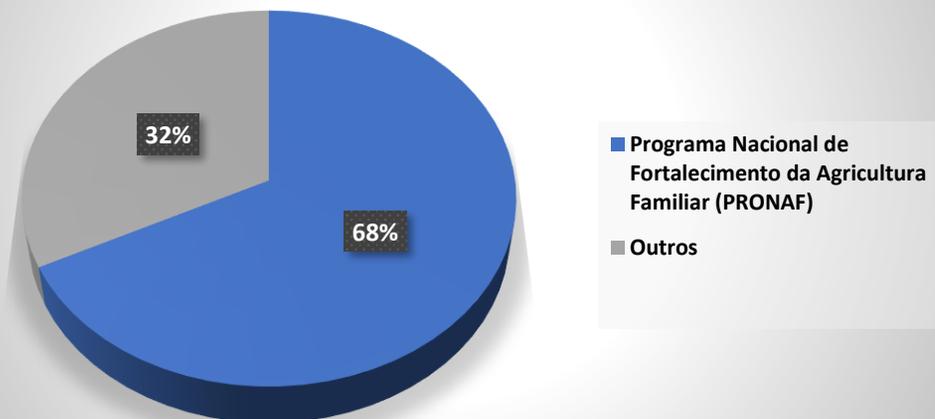
Gráfico 7 - Maranhão: percentual dos estabelecimentos agropecuários que obtiveram financiamento, provenientes de programas de crédito governamental ou não - 2017



FONTE: IBGE. Censo Agropecuário, 2017.

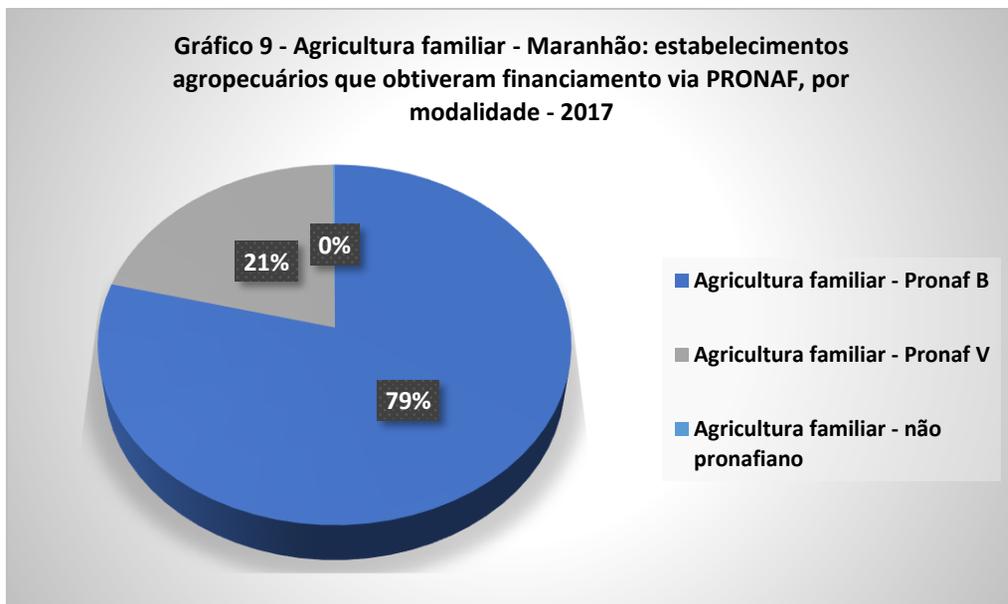
No que toca ao financiamento governamental, 68% vieram alocados via PRONAF, de acordo com o **Gráfico 8**.

Gráfico 8 - Maranhão: percentual de financiamento por meio de programas de crédito governamental, por modalidade - 2017



FONTE: IBGE. Censo Agropecuário, 2017.

Desse modo, observando as transferências de recursos do PRONAF para a agricultura familiar no Maranhão, 79% vincularam-se à modalidade PRONAF B e 21% ao PRONAF V, tal como exposto no **Gráfico 9**.

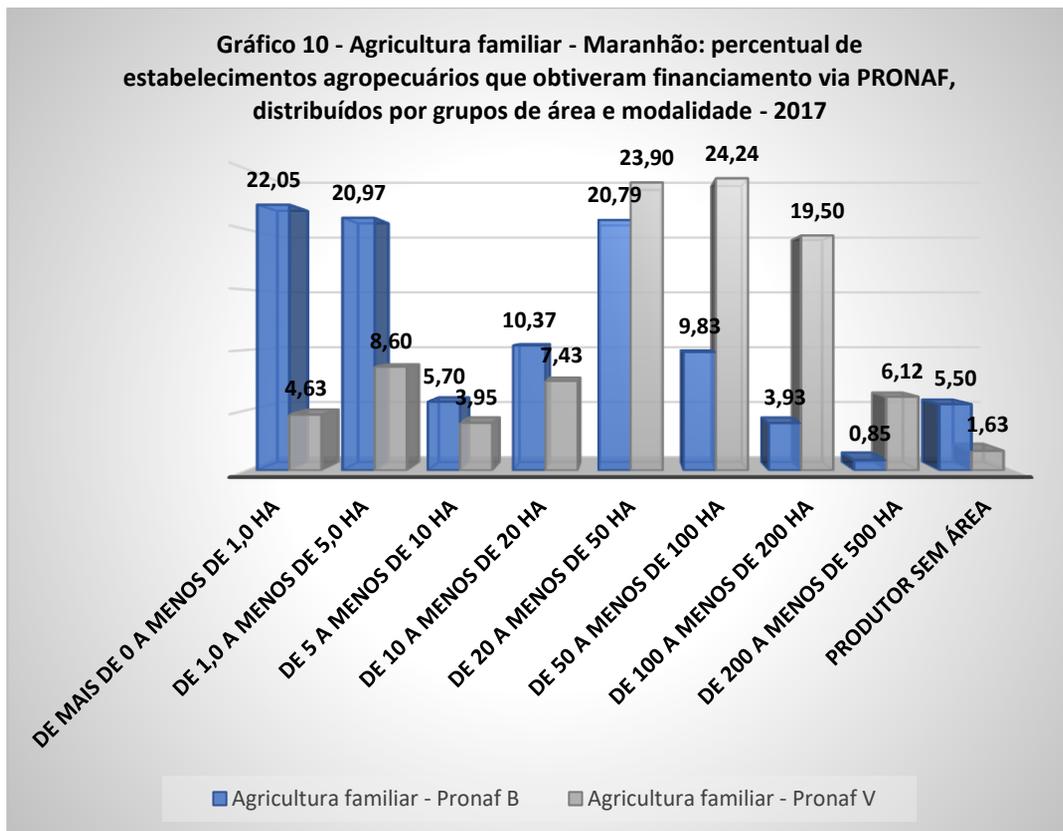


FONTE: IBGE. Censo Agropecuário, 2017.

O Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF) foi criado em 1996, como política pública para fornecer crédito em condições especiais de pagamento aos agricultores familiares. Com a Lei n. 11.326/2006, que instituiu e delimitou a categoria *agricultura familiar* no Brasil, o respectivo programa se consolidou como principal fornecedor, mas não único, de crédito para aquele tipo de agricultor.

Entre 2000 e 2008 o público potencial do PRONAF era composto pelos grupos “A”, “B”, “C”, “D” e “E”. Cada um deles, de acordo com o seu nível de renda, recebia um tratamento diferenciado no momento da concessão do crédito ofertado em condições especiais. A partir da safra 2008/2009 as regras do programa foram alteradas e os estratos “C”, “D” e “E” foram agregados em um só conjunto denominado de “Grupo Variável”.

No Censo Agropecuário de 2017, o IBGE identificou que as duas principais modalidades de PRONAF eram o PRONAF B e o PRONAF V. O primeiro é destinado ao público da agricultura familiar menos estruturado, com renda familiar anual de até R\$ 23 mil; possibilitando financiamento das atividades agropecuárias e não agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, bem como custeio, exceto agrícola. Já o PRONAF V, destina-se o que se denominou de “agricultores familiares dinâmicos”, com renda familiar anual de até R\$ 415 mil.



FONTE: IBGE. Censo Agropecuário, 2017.

O **Gráfico 10** nos mostra como os grupos de área, no interior da *agricultura familiar* maranhense, acessaram as modalidades do PRONAF, de acordo com o Censo Agropecuário de 2017. O respectivo gráfico, para o caso maranhense, fortalece a hipótese de Aquino, Gazolla e Schneider (2018), de que há uma desigualdade no interior da agricultura familiar e o sistema de crédito público, acaba por fortalecer esse movimento.

Naquele estudo, os autores afirmaram que os estratos mais vulneráveis da agricultura familiar tinham acesso limitado aos fundos públicos e que, os maiores financiamentos do PRONAF iam justamente para os estratos superiores daquele tipo de agricultura.

O **Gráfico 9**, para o caso maranhense nos mostra a mesma situação *vis a vis* a realidade nacional, tal como foi demonstrado no estudo citado anteriormente. Ou seja, os grupos de área de até menos de 5,0 hectares acessaram a modalidade PRONAF B, que é um financiamento em seu nível básico e não inclui a esfera produtiva. Já os estratos superiores, acima de 20 hectares até menos de 200 hectares, acessam o PRONAF V, que

constitui montantes mais robustos, com foco na produção. Não se quer, aqui, defender que esses estratos superiores percam financiamento; mas, que os estratos inferiores tenham condições de acessarem financiamentos mais robustos para avançar em sua reprodução social.

5. Conclusões

O estudo apresentado teve como investigação a heterogeneidade e a desigualdade no interior da agricultura familiar no estado do Maranhão, tomando como base o Censo Agropecuário de 2017. A ancorou-se em trabalhos que discutem esse tema em nível nacional. Tais trabalhos, longe de abrir cisão no movimento de defesa de políticas públicas para àquele tipo de agricultura, chamou a atenção, a partir de evidências empíricas, que essa categoria social não é homogênea e que existe uma desigualdade em sua estrutura.

Desse modo, o que eles defendem, é que o Estado deve assistir com mais ênfase, os estratos inferiores dessa agricultura familiar. Claro que o conjunto de políticas públicas, desde meados da década de 1990, foram importantes para o empoderamento dos agricultores familiares; especialmente, o Projeto de Cooperação FAO/INCRA, a criação do PRONAF e a Lei da Agricultura Familiar de 2006.

Todos esses instrumentos foram decisivos para melhorar a compreensão da agricultura familiar no conjunto dos estabelecimentos agropecuários, bem como seu lugar na estrutura produtiva e econômica do país. Também, confirmou que aquela modalidade, de forma agregada, constitui no segmento social predominante no mundo rural brasileiro, respondendo pela maioria absoluta das ocupações e pela produção da maior parte dos alimentos consumidos no mercado interno. Portanto, as evidências, pautadas na média dos indicadores estatísticos, fortalecem cada vez mais, a defesa da ampliação do escopo das políticas públicas para a agricultura familiar.

Mas, tal como aponta a literatura que embasa esse estudo, a estrutura e a dinâmica da agricultura familiar não são homogêneas. A hipótese básica, é que a própria política de crédito conduzida pelo Estado, que conscientemente ou não, tem contribuído para manter e até aumentar o abismo produtivo que predomina no interior da agricultura familiar brasileira.

Segundo aqueles estudos, a evidência empírica está parcialmente na tipologia adotada para delimitar o público do PRONAF. Isto é, os agricultores familiares aptos às linhas de crédito do PRONAF são estratificados de acordo com o seu nível de renda e recebem um tratamento diferenciado no momento da concessão do crédito ofertado em condições especiais. O resultado é que a maioria absoluta da agricultura familiar brasileira é formada por produtores extremamente pobres ou pobres/intermediários. O setor consolidado, detentor de maiores rendas, representa somente uma pequena parcela da categoria, mas que abarca grande parte do respectivo financiamento.

A partir desse argumento, passou-se a investigar como esse fenômeno se rebatia na agricultura familiar no estado do Maranhão. O ponto de partida foi entender a estrutura fundiária em que se assenta aquele tipo de agricultura. O que se observou foi que a maioria dos agricultores familiares maranhenses vivem em propriedades com menos de 5,0 hectares, correspondendo a 52,8% do total dos estabelecimentos agropecuários, ocupando uma área total que corresponde apenas 2,74% e com área média de 2,38 hectares.

Após essa constatação, passou-se a investigar a força de trabalho ocupada naquela agricultura familiar. Observou-se que os grupos de área que mais empregam, são, justamente, aqueles de até menos de 5,0 hectares, correspondendo a 52,16% do pessoal ocupado.

A estrutura fundiária e ocupacional da força de trabalho, nos levou a investigar o Valor da Produção Agroindustrial no interior da agricultura familiar. O resultado foi, que novamente, a produção agropecuária da agricultura familiar no Maranhão está concentrada em estabelecimentos até menos de 5,0 hectares, correspondendo a 54,19% do valor total da produção daquele tipo de agricultura.

Tal resultado nos fez tentar investigar que tipo de atividades econômicas são praticadas na agricultura familiar maranhense. Observou-se que elas são bem diversas, em que se destacam a produção de florestas nativas (92,56%), horticultura (90,16%), lavouras temporárias (88,98%), pesca (86,49%), lavouras permanentes (86,21%) e pecuária (80,90%). Contudo, em termos de culturas, percebe-se que a atividade agrícola se concentra no arroz, feijão e mandioca; e, na criação de gado, galinhas e porcos.

Ao abrir a investigação para os grupos de área no interior da agricultura familiar, observou-se que a produção de lavouras temporárias, horticultura, pesca e aquicultura se concentram nos estabelecimentos agropecuários até menos 5,0 hectares; ao passo que a pecuária, notadamente, gado bovino, florestas plantadas e produção de sementes com certificação, se concentram nos grupos de área acima de 10 hectares.

Com efeito, a agricultura familiar maranhense pode ser caracterizada como um tipo de agricultura que está aprisionada em áreas muito pequenas, e que acaba impactando negativamente na produtividade, nas possibilidades de ampliação da renda familiar advinda da atividade agropecuária, bem como no total do valor da produção.

Soma-se a isso, que a forma como é fornecido o crédito via PRONAF a esses agricultores só contribui para a manutenção das desigualdades no interior da agricultura familiar, pois dado as variáveis analisadas – estrutura fundiária, distribuição das atividades econômicas, tipos de cultura, força de trabalho e valor da produção – não é difícil entender o porquê da situação de extrema pobreza e pobreza no meio rural daquele estado.

Pensa-se que a hipótese dos estudos que versam sobre a heterogeneidade e desigualdade no interior da agricultura familiar brasileira, também pode ser aplicada ao caso maranhense. É importante reafirmar aqui, que não se defende que os estratos

superiores percam financiamento; mas, que os estratos inferiores tenham condições de acessarem financiamentos mais robustos para avançar em sua reprodução social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Hucitec, 1992.

AQUINO, J. R.; GAZOLLA, M; & SCHNEIDER, S. Dualismo no campo e desigualdades internas na agricultura familiar brasileira. In: **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, vol., 56, n. 1, pp., 123-142, jan./mar. 2018.

BELIK, W. A heterogeneidade e suas implicações para as políticas públicas no rural brasileiro. In: **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 53, n. 1, p. 9-30, jan./mar. 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 11.326/2006**. Brasília: Lei de 24 de julho de 2006.

CEPAL/FAO/IICA. **Perspectivas de la agricultura y del desarrollo rural en las Américas: una mirada hacia América Latina y el Caribe 2014** (Resumen Ejecutivo). [S.l.]: CEPAL/FAO/IICA, 2013. Disponível em: <<http://repiica.iica.int/docs./b3165e/b3165e.pdf>>.

DEL GROSSI, M. E. e MARQUES, V. P. M. A. Agricultura familiar no censo agropecuário 2006: o marco legal e as opções para sua identificação. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 127-157, abr. 2010.

FAO. **Family farmers feeding the world, caring for the Earth**. Rome: FAO, 2014a.

_____. **Deep Roots**. Rome: FAO, 2014b.

_____. **Global Dialogue on Family farms**. Rome: FAO, 2015.

FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável**. Resumo do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036, segunda versão. Brasília, 1995.

FRANÇA, C. G., DEL GROSSI, M. E. e MARQUES, V. P. M. A. **O Censo Agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 2009.

_____. **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Projeto UFT/BRA/036/BRA, ago. 1996.

_____. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília, 2000.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Agricultura Familiar. Primeiros resultados. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Brasília/Rio de Janeiro: MDA/MPOG, 2009.

_____. **Censo Agropecuário 2017.**

KAGEYAMA, A. et.al. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G; GASQUES, J. G. & VERDE, C. M. V. **Agricultura e políticas públicas**. 2 ed., Brasília: IPEA, 1996. Cap. II, pp., 113-224.

LAMARCHE, H. (Coord.). **Agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993. (Volume 1).

LOWDER, S. K., SKOET, J. e SINGH, S. **What do we really know about the number and distribution of farms and family farms worldwide?** Background paper for The State of Food and Agriculture 2014. Rome: FAO, 2014. (ESA Working Paper No. 14-02).

_____. K., SKOET, J. e RANEY, T. The number, size, and distribution of farms, smallholder farms, and family farms worldwide. In: **World Development**, p. 1-14, 2016.

MDA/SAF/PRONAF. **Plano safra da agricultura familiar 2006/2007**. Brasília: MDA/SAF, 2006.

MESQUITA, B. A. **Desenvolvimento desigual da agricultura: a dinâmica do agronegócio e da agricultura familiar**. São Luís: EDUFMA, 2011.

NERI, M. C., MELO, L. C. C. e MONTE, S. R. S. **Superação da pobreza e a nova classe média no campo**. Brasília: MDA/NEAD, 2012.

NIEDERLE, P. A., FIALHO, M. A. V. e CONTERATO, M. A. A pesquisa sobre agricultura familiar no Brasil: aprendizagens, esquecimentos e novidades. In: **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 52, supl. 1, p. 9-24, 2014.

SAF/MDA. **Agricultura familiar e o “campo de oportunidades”**. Brasília: SAF/MDA, set. 2015. (Texto p/ Discussão).

SCHNEIDER, S. & CASSOL, A. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para as políticas públicas. In: **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 227-263, maio/ago. 2014.

TRINDADE, J. R. B. & CRUZ, A. G. Crédito rural agrícola e impactos regionais sobre a dinâmica da produção agrícola brasileira no período de 2000 a 2010. In: **Revista Economia Ensaios**, Uberlândia, , 33(2): 118-148, Jan./Jun. 2019.

VEIGA, J. E. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo/SP: Hucitec, 1991.

WANDERLEY, M. N. B. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. In: **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 52, supl. 1, p. 25-44, 2014.